

**“PELO DIREITO DE SER E EXISTIR”: o caso da Campanha de Autodeclaração
Racial da EEEP Professora Alda Façanha - Aquiraz (CE)**

Lara Virgínia Saraiva Palmeira
(SEDUC/CE)¹,
lara.palmeira@prof.ce.gov.br

RESUMO

O artigo analisa a Campanha de Autodeclaração Racial realizada em 2025 na Escola Estadual de Educação Profissional Professora Alda Façanha, em Aquiraz (CE), como parte das ações do programa Selo Escola Antirracista, da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC/CE). A iniciativa teve como objetivo levantar o perfil étnico-racial dos estudantes do ensino médio, com base na autodeclaração segundo as categorias do IBGE, visando subsidiar políticas de equidade racial, identificar possíveis desigualdades e fortalecer a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A campanha foi precedida por etapas formativas com alunos, professores e funcionários, nas quais foram abordados temas como identidade racial, conceito de raça, fenótipo, autodeclaração, cotas e heteroidentificação. A comparação dos dados antes e após a campanha revelou mudanças relevantes: redução dos estudantes não declarados, aumento dos que se autodeclararam brancos e pretos, diminuição dos que se declararam pardos e o surgimento da autodeclaração indígena. Muitos alunos revisaram a classificação inicialmente atribuída pelos responsáveis, reconhecendo-se de forma mais consciente enquanto sujeitos racializados. Conclui-se que a autodeclaração racial deve ser compreendida como instrumento de emancipação e autodeterminação, e não apenas como mecanismo classificatório. A experiência contribuiu para o fortalecimento da identidade dos estudantes e possibilitou o acesso a políticas afirmativas no ensino superior, evidenciando a importância de iniciar, ainda na adolescência, debates sobre raça, diversidade e pertencimento no ambiente escolar.

Palavras-chave: Autodeclaração racial; Identidade étnico-racial; Educação antirracista; Políticas afirmativas; Diversidade.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo descrever e levantar reflexões acerca da campanha de autodeclaração racial realizada com estudantes de ensino médio na Escola Estadual de Educação Profissional Professora Alda Façanha, no município do Aquiraz - Ceará, no ano de

¹ Doutora em Antropologia (MUSEU NACIONAL/UFRJ) e Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual de Educação Profissionalizante Professora Alda Façanha. Lattes:

2025. O público-alvo específico dessa coleta são os alunos da EEEP Professora Alda Façanha de 1o, 2o, e 3o ano maiores de 16 anos, segundo recomendações da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE)².

A campanha foi uma das ações desenvolvidas na referida escola no contexto do Selo Escola Antirracista, programa desenvolvido pela SEDUC/CE que tem como objetivo ampliar o debate em torno da equidade racial na rede pública estadual. A ação reconhece as unidades de ensino que se destacam na realização de projetos pedagógicos inovadores, nos aspectos da inclusão educacional e da superação do racismo, fortalecendo o pensamento crítico, o protagonismo estudantil e a interação com a comunidade escolar. A EEEP Professora Alda Façanha participou do selo nos três anos de sua edição: 2023, 2024 e 2025. Nos anos de 2023 e 2025 obteve o selo, que tem duração de dois anos, e se destacou em terceiro lugar em todo o estado do Ceará. Em 2024, foi escola mentora da Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Francisco Nailton Cavalcante de Lima, também localizada no Aquiraz e que conseguiu obter seu selo e se destacar como segundo lugar no ano de 2024.

A CAMPANHA DE AUTODECLARAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A meta da campanha consistiu em produzir um levantamento de raça/cor das/os estudantes conforme categorias do IBGE, com base na autodeclaração, e, assim, detalhar o perfil étnico-racial do alunado. Essa prática, junto com seus desdobramentos futuros, está permitindo identificar desigualdades que tenham ligações com os marcadores sociais como o de raça, acompanhar se há situações de discriminação e valorizar a diversidade étnico-racial presente no espaço escolar. Além disso, fornece subsídios para implementar de forma efetiva as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Logo, a coleta de dados dessa natureza não é apenas estatística, mas pretende ser um instrumento de gestão democrática, que orienta políticas de equidade e visa garantir que todos os estudantes se sintam representados e respeitados.

² Disponível em <<https://www.seduc.ce.gov.br/2025/09/05/ii-campanha-de-autodeclaracao-fortalece-a-identidade-etnico-racial-dos-estudantes/>>. Acesso 26 jan 2026.

Ao longo da construção da campanha foram divididas etapas ao longo do ano a fim de construir momentos de formação para os professores e alunos antes que a consulta fosse realizada com os alunos. A tabela a seguir, discrimina a etapa, a ação e o período de realização:

Etapa	Descrição da ação	Data de realização
Etapa 1	Formação para os alunos do Laboratório Étnico Racial Alda Façanha: Autodeclaração Racial e Bancas de Heteroidentificação	09/07/2025
Etapa 2	Planejamento Pedagógico 2025.2 - Formação para professores e funcionários: Autodeclaração Racial e Bancas de Heterodentificação	31/07/2025
Etapa 3	Formação para os Professores Diretores de Turma	08/08/2025
Etapa 4	Campanha de Autodeclaração Racial (Momento no Auditório) – turmas dos 1os anos	18/08/2025
Etapa 5	Campanha de Autodeclaração Racial (Momento no Auditório)– turmas dos 3os anos	25/08/2025
Etapa 6	Campanha de Autodeclaração Racial (Momento no Auditório) – turmas dos 2os anos	01/09/2025
Etapa 7	Levantamento de raça/cor das/os estudantes conforme categorias do IBGE, promovido pela instituição, com base na autodeclaração.	04 a 19/09/2025.

Considerando minha formação enquanto antropóloga, estudiosa e militante antirracista, parto do pressuposto que trabalhar com identidade e pertencimento étnico-racial não é uma tarefa fácil. Stuart Hall (2006) versa sobre a temática da identidade quando comenta

A identidade, enquanto categoria de análise das ciências sociais, portanto, não é um dado biológico, mas uma construção social. E quando aplicada à questão étnico-racial em países que passaram por experiências colonialistas, escravagistas e segregacionista, não passa de uma fantasia, pois à medida em que os sistemas de significação cultural se multiplicam, somos confrontados com uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Vale destacar que todas as turmas passaram por um momento de letramento racial no auditório da escola, conduzido por mim, autora do artigo e coordenadora pedagógica da mesma escola, com as quatro turmas de cada série (aproximadamente 180 alunos), de acordo com a tabela acima mencionada. Assim, na tentativa de mostrar aos alunos como são complexas e multifacetadas essas experiências sociais que fazem parte das construções dos processos identitários étnico-raciais, foi elaborado um material que abordava conceitos e visões que pudessem auxiliar os alunos a se entenderem enquanto sujeitos racializados. No material, consta os seguintes tópicos: conceito de raça, raça no Brasil, a importância do fenótipo, os diferentes tipos de raça, segundo o IBGE, o que é a autodeclaração racial, campanha de autodeclaração da SEDUC/CE, ensaio fotográfico mostrando alunos de diferentes raças; o que são cotas sociais, cotas raciais e bancas de heteroidentificação.

Compartilhamos a ideia de Duarte Junior (2020) de que o critério da autodeclaração se apresenta como um instrumento hábil a reforçar a identidade, o pertencimento e o reconhecimento como sujeitos de direito de grupos historicamente alijados do processo de construção de importantes esferas dos espaços públicos e, conseqüentemente, exercer influência em dimensões que impactam a mobilidade social no país. No caso dos jovens adolescentes que figuram nessa pesquisa, o contexto da autodeclaração se torna mais peculiar: o momento de adolescência em que várias outras questões relativas à constituição da identidade do sujeito estão em jogo.

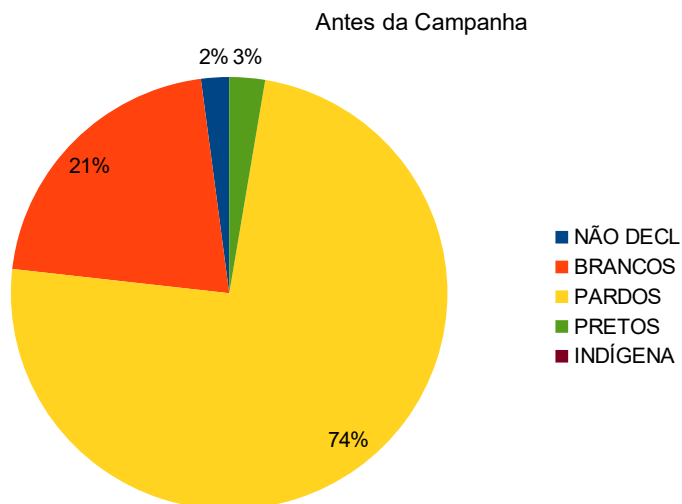
COMPREENDENDO OS DADOS

Os dados coletados no momento da matrícula, dado pelos responsáveis e inseridos no Sistema Integrado de Gestão Escolar da SEDUC, foram expressos na tabela e por meio dos gráficos:

ANTES DA CAMPANHA

TURMA	NÃO DECL	BRANCO S	PARDOS	PRETOS	INDÍGENA	TOTAL
EDIF 1	3	13	28	2	0	46
ELETRO 1	5	7	32	3	0	47
HOSP 1	0	6	36	3	0	45
MULTI 1	1	10	32	2	0	45
EDIF 2	0	8	31	0	0	39
ELETRO 2	0	9	36	0	0	45
GUIA 2	1	8	34	0	0	43
MULTI 2	0	12	33	0	0	45
EDIF 3	1	6	33	1	0	41
ELETRO 3	0	9	35	1	0	45
GUIA 3	0	11	31	2	0	44
MULTI 3	0	13	32	0	0	45
TOTAL	11	112	393	14	0	530

Perfil Étnico-Racial dos alunos Alda Façanha



Em termos de porcentagem foram os seguintes resultados:

- Não declarados – 3%
- Brancos – 21%
- Pardos – 74%
- Pretos – 3%
- Indígenas – 0%

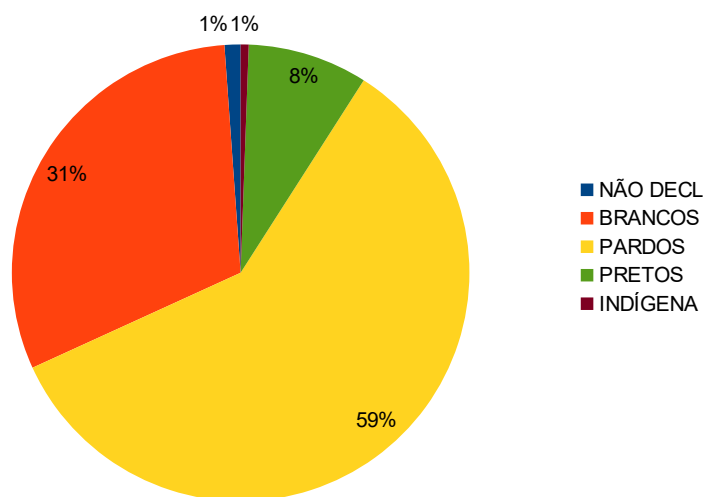
APÓS A CAMPANHA

TURMA	NÃO DECL	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	INDÍGENA	TOTAL
EDIF 1	2	13	28	3	0	
ELETRO 1	3	9	31	4	0	47
HOSP 1	0	7	33	5	0	45
MULTI 1	1	15	26	3	0	45

EDIF 2	0	15	22	1	1	39
ELETRO 2	0	9	33	3	0	45
GUIA 2	0	15	23	5	0	43
MULTI 2	0	19	22	4	1	46
EDIF 3	0	12	24	4	1	41
ELETRO 3	0	11	32	2	0	45
GUIA 3	0	17	19	8	0	44
MULTI 3	0	21	21	3	0	45
TOTAL	6	163	314	45	3	531

Perfil Étnico-Racial dos alunos Alda Façanha

Após a campanha



Após a campanha de Autodeclaração Racial feita na escola, em termos de porcentagem, temos os seguintes resultados:

- Não declarados – 1%

- Brancos – 31%
- Pardos – 59%
- Pretos – 8%
- Indígenas – 1%

Dentre as principais conclusões, olhando para os dados quantitativos, podemos destacar as seguintes conclusões: decréscimo de alunos não declarados, aumento do número de alunos autoidentificados como brancos, diminuição do número de alunos autoidentificados como pardos, aumento do número de alunos autoidentificados como pretos e aparecimento de alunos indígenas. Ao participar diretamente da coleta de dados, percebi que muitos dos alunos que antes tinham sido classificados como pardos pelos pais, reconheceram-se enquanto pessoas brancas no processo. Outro ponto interessante foi a declaração espontânea dos alunos pretos que migraram da categoria pardo e assumiram-se enquanto pessoas pretas. Por fim, dois alunos assumiram-se com o perfil indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Duarte Junior (2020), a autodeclaração deve ser vista antes como um instrumento de emancipação e autodeterminação do sujeito do que como um critério de classificação e hierarquização étnico-racial. Podemos vislumbrar esse processo durante a campanha realizada na escola que, inclusive, desembocou na candidatura de vários alunos concludentes na condição de cotista na Universidade Estadual do Ceará (UECE), sendo três deles aprovados em primeiro lugar. Tal fato é inédito na escola. Logo, ressaltamos ainda a importância de iniciar o debate sobre identidade e raça ainda na adolescência, considerando a complexidade das relações raciais no Brasil e os efeitos persistentes do colonialismo e da escravidão, reafirmando o papel da escola como espaço de formação crítica e de promoção da igualdade racial.

REFERÊNCIAS

DUARTE JÚNIOR, Dimas Pereira. A Autodeclaração e as medidas afirmativas para a promoção da igualdade racial no Brasil: Self- Declaration And Affirmative Measures For Promoting Racial Equality In Brazil. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 43, 2020. DOI: 10.5216/rfd.v43.58809. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/58809>. Acesso em: 26 jan. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Thomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2006.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – SEDUC. **II Campanha de Autodeclaração fortalece a identidade étnico-racial dos estudantes**. Fortaleza, 05 set. 2025. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2025/09/05/ii-campanha-de-autodeclaracao-fortalece-a-identidade-etnico-racial-dos-estudantes/>. Acesso em: 26 janeiro 2026.